

APRESENTAÇÃO

O número 25 (II/2016) da *Revista Interfaces* do Centro de Letras e Artes da Universidade Federal do Rio de Janeiro aproxima as pesquisas de pós-graduação das áreas de Arquitetura e Urbanismo, Artes, Música e *Design*, e Letras e Linguística, em torno do tema *Polêmicas e Manifestos*. Conflitos e textos fundadores atravessaram os tempos, participando do desenho de territórios, no campo das Letras, das Artes e da Cultura, que são disputados por arquitetos, artistas, urbanistas, letrados e músicos. Algumas diferenças de posicionamentos estéticos e posições políticas foram tão acirradas que a história cultural as registrou com o nome de querelas ou batalhas, como a Querela dos Antigos e Modernos e a Querela dos Bufões, na França do século XVIII, ou ainda a romântica Batalha de Hernani, no século XIX. E é no século XIX, com a revolução industrial alcançando o mundo dos impressos, que a imprensa escrita cumpre, no que se refere a polêmicas e manifestos, uma função multiplicadora de vozes, fazendo circular textos polêmicos, críticas e intensos debates.

Consolida-se, na modernidade, uma tradição de tomadas de posição e choques entre partidos: adversários e competidores ou apenas jovens entusiasmados por novas propostas estéticas lançaram-se na arena cultural e artística, armados de ideias e ideais. Afinidades e repulsas foram se definindo, grupos rivais compuseram alianças, discutiram estratégias, associaram-se a opções políticas, legitimaram-se projetando (ou criando) seus precursores. Para muitos, estavam em jogo a proteção de governantes, com suas benesses, prêmios, mecenatos. Para outros era uma questão de coerência ideológica e justiça. Já no início do século XX, o campo da produção cultural, com a agitação e força das vanguardas, torna-se um fascinante campo de batalhas com seus produtores em busca de reconhecimento, glória ou mercados consumidores.

Alain Pagès, diretor da prestigiosa publicação *Les Cahiers naturalistes*, abre o número com o ensaio *Le tintamarre naturaliste* (O alarido naturalista), no qual evoca as batalhas literárias e políticas em que se envolveram o romancista Émile Zola (1840-1902) e o grupo de escritores naturalistas. Em uma perspectiva etno-crítica, o ensaio recorta o período entre 1877 e 1880, dando destaque aos repetidos ataques que sofreram os naturalistas nos periódicos *Le Tintamarre* e *Le Charivari*, e ao poder de fogo dos naturalistas contra seus adversários, que lhe permite afirmar que houve um “naturalismo triunfante”. A aventura naturalista

nos é contada a partir de três momentos de emergência relacionados com a publicação do romance *L'Assommoir* (1877), que configuram uma estratégia de ocupação de espaços na mídia e em locais escolhidos da sociabilidade parisiense. É um uso forte de estratégias para conquistar um lugar hegemônico no campo literário, com um “encadeamento temático”: primeiro, uma conferência sobre *L'Assommoir*, dois anos depois uma adaptação desse romance para o teatro, seguida de um baile para festejar o sucesso da peça. Léon Hennique (1850-1935), o conferencista, ataca *Quatrevingt-treize*, o último romance de Victor Hugo (1802-1885), ao compará-lo ao romance de Zola. Victor Hugo reage, atacando, por sua vez, o romance de Zola. No teatro, o grupo dos naturalistas prepara-se para a estreia de *L'Assommoir* como se fosse enfrentar uma nova Batalha de *Hernani* – as reações foram menos violentas do que imaginaram. Quanto ao baile, os convites indicam expressamente que os homens deverão vir vestidos de operário e as mulheres, de lavadeira, mas o romancista naturalista e seu grupo não usarão disfarces... E a mídia repercutiu ataques, respostas, críticas, elogios e modismos.

Marie-Ève Thérenty, em *Le Moment Huret ou le relais agonistique des autorités; sur l'autonomisation et la médiatisation de la littérature* (O momento Huret ou a sucessão agonística das autoridades; sobre a autonomização e a midiatização da literatura), analisa a grande voga, na França da *Belle Époque*, das enquetes junto aos homens de letras sobre temas literários ou da atualidade propostos pelos jornalistas da imprensa de informação. Tais enquetes seguiam um modelo estabelecido por Jules Huret, em 1891, no periódico *L'Écho de Paris*, que a pesquisadora considera “uma obra-prima em termos de manipulação midiática e literária”, assim como um meio privilegiado de acesso aos bastidores do campo literário, o qual permite ler os antagonismos entre escritores e jornalistas que disputam posições de hegemonia nos processos de construção de cânones literários.

Ao abordar novos ângulos das relações entre a esfera do político-literário e o mundo do jornalismo, o texto seguinte vai entrelaçar arte, literatura e gastronomia. O *Manifesto da cozinha futurista* de Filippo Tommaso Marinetti, traduzido por Fabiano Dalla Bona, contribui com um *ethos* polêmico e politicamente marcado – atacando por exemplo a *pastaciutta*, “absurda religião gastronômica” –, para a renovação da cozinha, ao pretender instaurar a arte culinária no campo das Belas Artes e celebrando, na esteira de Marcel Duchamp, um novo tipo de obra de arte efêmera. A ideia de publicar um manifesto da cozinha futurista foi anunciada, é claro, durante um jantar, no restaurante milanês *La Penna d'Oca*, exatamente no dia 15 de novembro de 1930; o texto foi publicado na *Gazzetta del Popolo*, de Turim, em 28 de dezembro de 1930 e, em forma de livro, em 1932. O manifesto celebra a “volúpia do palato” e uma “nutrição apta a uma vida sempre mais aérea e veloz”,

com “as novas misturas aparentemente absurdas” e, sobretudo, plásticas. Em busca de prazeres tácteis, devem ser abolidos garfo e faca; os pratos virão anunciados por perfumes e acompanhados de poesia e música. O cozinheiro é artista, pintor, escultor, poeta; as receitas autorais serão associadas às máquinas, “instrumentos científicos na cozinha”.

No âmbito da arquitetura e seus aspectos polêmicos, e destacando, do mesmo modo, o entrelaçamento entre renovação estética e posições políticas das vanguardas, Fernando Guillermo Vázquez Ramos, em *Mies van der Rohe na viragem de uma época*, comenta e traduz *Wir stehen in der Wende der Zeit. Baukunst als Ausdruck geistiger Entscheidung* (Estamos de pé num momento de viragem da época. Arquitetura como expressão de uma determinação espiritual), texto-manifesto de autoria do renomado arquiteto Ludwig Mies van der Rohe, publicado em 1928, na Alemanha do período entreguerras. O ensaio evoca um momento da história cultural de grande efervescência e posicionamentos radicais, em que foram os arquitetos e urbanistas alemães que “encabeçaram a revolução moderna em arquitetura” e no qual Mies van der Rohe defende uma nova arquitetura capaz de “amparar espiritualmente os desafios colocados pela avassaladora modernidade”. Igualmente no âmbito da arquitetura e atento a sua reverberação política, em *Diálogos sobre política e sociedade na arquitetura paulistana, 1948-1954*, Rodrigo Kamimura trata de três momentos da história da arquitetura brasileira, após a Segunda Guerra Mundial, para debater a relação entre linguagem arquitetônica e popular e um ideário político que leva em conta, a um só tempo, sua responsabilidade socioprofissional, o “formalismo” no projeto e a questão do nacionalismo. Kamimura apresenta resultados de extensa e detalhada pesquisa em que se desenha, mais uma vez, o papel estratégico das publicações em revistas e periódicos para as disputas que presidem a formação de um campo (Bourdieu).

O espaço urbano atual e as polêmicas práticas culturais de suas tribos, em uma perspectiva antropológica, são descritos por Fábio Fonseca de Castro, em *O neotribalismo e outras socializações pós-modernas*, visando “compreender formas de comportamento que, na velocidade da vida contemporânea, modificam antigas estruturas e práticas sociais”. Para o pesquisador, trata-se de um neotribalismo, um fenômeno que assinala um “logos pós-moderno” (Lyottard), no qual se destaca o tribalismo, e leva a uma reflexão sobre a ruptura das grandes narrativas sobre o indivíduo e a identidade, à luz das micropolíticas (Guattari), assim como traz considerações teóricas que repensam a pesquisa social sobre o tema. Um outro modo de ocupação do espaço urbano, visto enquanto espaço político, nos é apresentado por Elizabeth Motta Jacob, em *Manifestação transfigurada: a ocupação do espaço público por hologramas*. A pesquisadora interroga o uso de hologramas e das redes

sociais, em uma manifestação pública realizada em Madrid, em 2015, pelo grupo *No somos delito*, contra a nova Lei de segurança cidadã, em que a cidade é apropriada como um palco, alargando-se a noção de obra de arte. Enquanto que, para Naiara Souza da Silva, em *A anorexia: um projeto estético difundido pelas redes sociais*, o contexto cibernético produz sentidos em novas situações de interação que oscilam entre o público e o privado, propiciadas pelas redes sociais, e que fortalecem perigosas representações da identidade e novos modos de subjetivação. A pesquisadora volta-se para a circulação de discursos (Pêcheux) suportados por imaginários do corpo feminino, em que a patologia da anorexia toma outra forma, no *Orkut*.

Em *O gosto como arbitrário cultural no campo do Design*, Fabiana Oliveira Heinrich discute a formação histórica do gosto e da estetização de objetos, no campo do *Design*, considerando o gosto, redimensionado pela noção de *habitus* (Bourdieu), como arbitrário cultural, construído e inculcado socialmente. A pesquisadora relê as diretrizes definidas e institucionalizadas por instâncias legitimadoras da sociedade, em pesquisa de fontes que toma como ponto de partida os escritos de Lebreton e de Manuel de Araújo Porto Alegre acerca da criação da primeira escola de Artes no Brasil, assim como os documentos referentes às primeiras escolas de Arte e *Design* do país.

No que se refere ao campo da música, Ana Maria Simão Saldanha, em *Novas manifestações estéticas e ideológicas na canção de intervenção portuguesa*, e Myrlla Muniz e Beatriz Duarte Pereira de Magalhães Castro, em *Música brasileira: que espelho nos reflete?* encerram este número da *Revista Interfaces*, dissertando sobre o papel político da canção popular e sua contribuição para construir identidades nacionais. Ana Maria Simão Saldanha considera que a canção de intervenção em Portugal, nos anos 1970, assume um papel central na luta contra a ditadura, produzindo uma cultura que vai resistir e se opor ao processo de “folclorização” da cultura fascista oficial. A pesquisadora toma igualmente como objeto de sua investigação a composição musical não cantada, redefinindo-o então como “canção-composição de intervenção”. As pesquisadoras Myrlla Muniz e Beatriz Duarte Pereira de Magalhães Castro, em um relato na primeira pessoa composto na perspectiva do musicista, propõem um “retrato da identidade brasileira em construção”, problematizando o choque entre a massificação imposta pela indústria de bens culturais e as nossas raízes culturais e interrogando fronteiras entre nacional e estrangeiro, popular e erudito, endógeno e exógeno. As pesquisadoras pontuam a disputa que se gerou com a apropriação de *Baião* de Humberto Teixeira, por um norte-americano, e o fato de que o próprio ritmo do baião viria a ser adaptado para a indústria do disco. Em que pesem as grandes transformações culturais provocadas por “grandes momentos de efervescência política”, ressoa com força de

conclusão o que afirmam as autoras do ensaio: “Para mim ficava claro: a música é uma mistura de mundos e sentimentos e representava a imensa diversidade cultural do Brasil, com seus múltiplos olhares e sentimentos.”

É reafirmando a riqueza dos resultados de pesquisa interdisciplinar sobre a diversidade da criação cultural, seus meios de promoção e circulação, e registrando os inevitáveis choques – muitas vezes de natureza política – entre ousadia e tradição, identidade e trocas, construção e renovação de cânones, que oferecemos ao leitor deste número um olhar crítico e interdisciplinar voltado para o tema das polêmicas e dos manifestos.

Celina Maria Moreira de Mello
Pedro Paulo Garcia Ferreira Catharina
Sonia Cristina Reis